

ATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO
PROCESSO Nº. 042/2020 – TOMADA DE PREÇOS 003/2020

Ata de abertura dos envelopes "Documentação", objetivando a **Contratação de empresa especializada em engenharia civil para reforma do PSF Vila Dourados**, Ao trigésimo (30º) dia do mês de março do ano de dois mil e vinte (2020), às 09:10 horas, reuniu-se a Comissão Municipal de Licitações com a presença da Senhora Louise Caroline Gonçalves Cordeiro Prado, Presidente; Sirléia Maria de Oliveira, Membro e; Fenix Telani Juscinski da Silva, Secretária. Procedendo a abertura dos envelopes de nº. I – **DOCUMENTAÇÃO**, onde se verificou na oportunidade a participação da única proponente **FRANCO CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ nº. 17.889.859/0001-04, estabelecida na Rua Francisco Correa Franco, nº 377, na cidade de Cruzália, Estado de São Paulo, neste ato não representada. Na sequência constatou-se que a empresa **FRANCO CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP**, deixou de atender o edital de chamamento uma vez que apresentou o balanço patrimonial divergente a exigência do item 3.2.3.b.1.2 para o índice de Endividamento (EN), que resultou em 0,28, enquanto no edital exige-se entre 0,30 e 0,50 nos termos do entendimento jurisprudencial TCESP¹, sendo, desta forma, declarada pela Senhora Presidente **"INABILITADA"**. Dando prosseguimento, a senhora Presidente determinou que se fizesse o comunicado via e-mail informando que encontra-se aberto o prazo para eventual interposição de recurso administrativo previsto pelo artigo 109, inciso I, alínea "a" da Lei 8.666/93. Por fim a Senhora presidente solicitou aos membros, que rubricassem toda a documentação e respectivos envelopes. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente reunião, os presentes firmam este instrumento. Eu _____, Fenix Telani Juscinski da Silva, Secretária, escrevi, digitei e subscrevi.

LOUISE CAROLINE GONÇALVES CORDEIRO PRADO
Presidente

FENIX TELANI JUSCINSKI DA SILVA
Secretário

SIRLÉIA MARIA DE OLIVEIRA
Membro

¹ **Jurisprudência:** TC-000667/007/12, em sessão de 29/09/2015: Há inúmeras Decisões por parte desta E. Corte, a exemplo daquela proferida no TC – 003661/026/08, em sessão de 08/12/09, da E. Segunda Câmara, de Relatoria do Eminentíssimo Conselheiro Fulvio Julião Biazzi, cujo trecho do voto transcrevo a seguir: "A jurisprudência deste Tribunal tem admitido que a exigência de índices de liquidez corrente e liquidez geral devam oscilar entre 1,00 e 1,50, e o índice de endividamento entre 0,30 e 0,50, podendo, todavia, apresentar-se em patamares superiores desde que sejam trazidas justificativas de ordem técnica que motivassem a limitação imposta no instrumento convocatório, o que no presente caso não ocorreu, alijando da disputa empresas que poderiam deter índices satisfatórios e dentro daquelas variáveis eleitas por esta Casa, restando configurada, portanto, a infringência ao art. 31, parágrafo 5º, da Lei nº 8.666/93."